



A presente ata foi
aprovada com 28 votos
a favor, 7 abstenções
e o contra.

Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 04/13-17

SESSÃO ORDINÁRIA

2014/02/28

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H20M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 35 elementos.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Liliana Gomes, eleita pelo Partido Social Democrata, substituída por Luciano Santos;
- Manuel Amial, eleito pelo Partido Social Democrata, substituído por Clemente Pires;
- Josefina de Jesus Cancela Fernandes Covinha, Presidente de Junta da Freguesia de Lanhelas, substituída por Manuel Lages Ramalhosa.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período de Antes da Ordem do Dia:

a) – Informações da Mesa;



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia.

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão de 03 de janeiro 2014;
- c) – Contrato de Subconcessão de Uso Privativo de Terreno de Domínio Público Ferroviário Junto à Estação de Caminha;
- d) – Atualização Anual das Taxas no Âmbito do Regulamento Municipal de Feiras do Município de Caminha;
- e) – Isenção do Pagamento da Taxa Devida pela Ocupação de Espaços de Venda na Feira Anual do Dia de Todos os Santos, em Caminha, com a Respetiva Alteração ao Regulamento Municipal das Feiras do Município de Caminha;
- f) – Ratificação do Protocolo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem - Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico- Delegação de Competências;
- g) – Ratificação do Protocolo de Colaboração com a Junta de Freguesia de Dem para o Fornecimento de Refeições às Crianças do Jardim-de-Infância de Dem - Delegação de Competências;
- h) – Ratificação do Protocolo de Colaboração com a Junta de Freguesia de Moledo para a Prestação de Serviços na Componente de Apoio à Família no Jardim-de-Infância Público de Moledo- Delegação de Competências;
- i) – Nomeação do Conselho Municipal de Educação;
- j) – Designação de seis cidadãos de reconhecida idoneidade entre os quais um representante de cada uma das forças políticas representadas na Assembleia Municipal para integrarem o Conselho Municipal de



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Segurança de Caminha, nos termos da alínea k), do n.º1, do artigo 4º, do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Caminha;

- k) – Designação de dois representantes das entidades educativas e formativas do concelho de Caminha, sendo uma do vale do Âncora e outra do Vale do Coura, para integrarem o Conselho Municipal de Segurança de Caminha, nos termos da alínea l), do n.º1, do artigo 4º, do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Caminha;
- l) – Eleição de um membro da Assembleia Municipal, para integrar o grupo de trabalho eleito para elaborar o projeto do Regimento, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 29º da Lei nº 75/2013, em substituição do membro anteriormente designado pela bancada do Partido Social Democrata e eleito na sessão de 22 de Novembro de 2013.

Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** deu posse à Senhora Deputada Vanda Maria da Cunha Pêgo em substituição do Senhor Deputado Narciso da Costa Correia.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu um pedido de alteração à ordem de trabalhos entregue pelos deputados municipais do PS, do PSD e da CDU:

“Os grupos do Partido Socialista, Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária da AM de Caminha propõem a alteração da ordem de trabalhos de modo a que sejam excluídas as matérias a que se referem as suas alíneas i), j) e k), porquanto não foi possível aos signatários, em tempo útil, reunirem a fim de proporem conjuntamente as pessoas que constituirão os órgãos a que tais alíneas se referem ou, em alternativa, organizarem listas próprias destinadas a serem apresentadas na presente sessão. Propõem, em consequência, que a apreciação e discussão das referidas matérias seja relegada para a próxima sessão ordinária da AM.”



JA
SP

Assembleia Municipal de Caminha

1.º - PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Quando a **Senhora Alice Grais** ia iniciar a sua intervenção, foi interrompida pelo **Senhor Deputado Rui Taxa**, que fez interpelação à Mesa, solicitando que Presidente da Mesa explicasse à Assembleia Municipal por que razão esta teve lugar naquela sala e não na sala habitual, que, sendo 24 m² maior, oferecia melhores condições, especialmente tendo em conta que vários membros do público presente se encontravam no exterior da sala a assistir à sessão.

O **Senhor Presidente da Mesa** informou os presentes que, segundo as informações disponibilizadas, aquela sala possuía mais lugares sentados.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** fez uma segunda interpelação à mesa, exprimindo um voto de protesto pelo facto de esta reunião ter sido realizada naquela sala, com fracas condições para o público, especialmente tendo em conta os temas tratados, acrescentando que considerava este o ato "mais antidemocrático em Caminha depois do 25 de abril".

A Segunda Secretária, a **Senhora Deputada Sónia Lajoso** pediu ao público e aos deputados que se dirigissem à Mesa quando quisessem manifestar-se e pediu desculpas, em nome da Mesa, à Senhora Alice Grais por ainda não ter tido a possibilidade de intervir.

A **Senhora Alice Grais** saudou os presentes, comentou que não tinha sido a primeira vez que as suas intervenções nas sessões da Assembleia Municipal eram interrompidas e em seguida leu:



Assembleia Municipal de Caminha

“O Sr. Presidente teve a cortesia de me conceder a oportunidade de debater as deficiências da gestão do sistema de água, saneamento e resíduos, transitadas do anterior executivo, que tudo fez para desvalorizar, ignorar e intimidar quem, exercendo os seus direitos e deveres de cidadania, o ousou questionar. O assunto foi tema de campanha eleitoral e promessa de reavaliação, que espero concretizada, face à abertura demonstrada para análise das sugestões entregues para minimizar a nossa fatura da água. Não obstante, preparam-se privatizações da gestão de resíduos e da distribuição da água em baixa, que conduzirão a um aumento considerável, agravado pelas lacunas existentes.

Apesar de o domínio pública da água estar estabelecido no artigo 84.º, alíneas a) e c) da Constituição e no Código Civil, artigo 202, n.º 2. Apesar de a ONU ter aprovado em 28 de julho de 2010 a Resolução 64/292, com o voto favorável de Portugal, que reconhece “o direito à água limpa e segura para beber e ao saneamento como um direito humano essencial à plena fruição da vida e de todos os direitos humanos.” Na audiência pública da União Europeia em Bruxelas, no dia 17, debateu-se o acesso universal à água e saneamento. Ficámos a saber que o plano europeu de privatização foi arquivado, mas não para os países sob supervisão da Troika, ou seja, os países sujeitos ao garrote das políticas de austeridade e pobreza serão subordinados à liberalização da sua própria água. A Lei de Bases do Ambiente, que tem sido debatida na nossa Assembleia da República e que vai ser votada no Parlamento, não vai impedir a privatização da água nem dos resíduos. Portanto, para países como Portugal, a água deixa de ser um direito básico reconhecido universalmente pela ONU, pela nossa própria Constituição e pela Lei Civil, configurando uma ilegalidade e uma afronta, com o apoio do governo atual, que, ao criar nova legislação, autoriza o mercantilismo e monopólio de empresas privadas, sobre um direito básico, antecedido de medidas que permitem à ERSAR fixar as tarifas dos sistemas municipais de água e saneamento, bem como aplicar multas e cobrança coerciva. Será uma perda de competências e autonomia para o Poder Local, nefasta ao interesse e qualidade de serviço prestado à população



Assembleia Municipal de Caminha

e com efeitos na produção, refletidos nos preços de bens essenciais, como os alimentos, comércio, indústria e setores como a agropecuária. Todavia, temos, ainda, um Estado de Direito, temos uma Constituição e um temos um Tribunal Constitucional em vigor. O artigo 240.º da Constituição permite aos cidadãos eleitores, assim como às Autarquias, o direito à iniciativa de referendo sobre matérias da sua competência, nos termos estabelecidos pela Lei Orgânica 4/2000 de 24 de agosto. Assim sendo, é nosso entender que, se as autarquias têm competência para decidir acerca da entrega da gestão da água a entidades privadas, então é possível ser referendada, por se tratar de uma matéria de competência local. Certamente que todos, eleitos ou simples cidadãos, independentemente da sua filiação ou simpatia político-partidária, não deixarão de estar de acordo que não podem deixar agravar a pobreza e as desigualdades sociais, face ao impacto que a privatização da água terá no Poder Local e na população. Os milhões propostos por essas vampíricas empresas serão sedutores para Municípios endividados, mas imediatamente prejudiciais para os cidadãos, de cujo bolso terão de sair, acrescidos dos exigidos lucros. Caberá ao Sr. Presidente da Câmara, aos senhores deputados ou aos Presidentes de Junta promover, de acordo com a lei, a iniciativa do referendo local, contra a privatização da água e dos resíduos. Contudo, nos termos da lei, também os cidadãos o podem fazer, antes que os atos de procedimento não estejam definitivamente aprovados. Assim, impõe-se, portanto, uma atuação urgente e é esse o apelo que aqui deixo: deem à população o direito de se pronunciar sobre a privatização da água. Juntos, defenderemos que a água é de todos! Tenho dito!”

2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Informações da Mesa



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'A. S.' or similar.

Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Sónia Lajoso** informou que tinha sido apresentado à Mesa, por todas as forças partidárias, um voto de pesar pelo falecimento de António José Branco Malhão, que a seguir se transcreve:

“António José Branco Malhão nasceu em 1980, sendo natural de Vila Praia de Âncora, concelho de Caminha. Pasteleiro de profissão e amante do desporto e da natureza, sempre pautou a sua vida pela dignidade e honradez. Era um jovem de trinta e três anos de idade, dinâmico e querido por todos, tendo desde sempre demonstrado um enorme carinho pela sua terra e pelos seus amigos. O concelho de Caminha perdeu um dos jovens mais queridos de Vila Praia de Âncora. A sua morte, prematura e inesperada, comoveu toda a comunidade, em especial todos os ancorense. É, pois, com grande pesar que o Partido Socialista, o Partido Social Democrata e a Coligação Democrática Unitária se despedem deste filho da terra, que muito teria ainda a dar ao concelho. Apresentamos a toda a sua família e amigos as mais sinceras condolências, juntando-nos a todos os que lamentam a perda do jovem ancorense, apresentando, assim, um sentido voto de pesar.”

O **Senhor Presidente da Mesa** pediu um minuto de silêncio em honra de António José Branco Malhão. Após o mesmo informou que seriam apresentadas quatro cartas que tinham sido entregues à Mesa, acrescentando que estas estariam disponíveis para consulta no Secretariado da Assembleia.

A **Senhora Deputada Sónia Lajoso** apresentou duas cartas do Senhor Deputado Jorge Fão, uma sobre a sua intervenção sobre o portinho de Vila Praia de Âncora e outra sobre a intervenção na Duna dos Caldeirões, a sua intervenção na Assembleia da República; apresentou, em seguida, a carta da Câmara Municipal de Elvas sobre uma moção em defesa dos doentes oncológicos e o relatório anual das atividades da CPCJ. Posteriormente apresentou duas moções entregues à Mesa. A primeira moção, **Moção em**



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

Defesa da Costa, foi apresentada em conjunto pela CDU, pelo PS e pelo PSD, encontra-se transcrita abaixo:

“As marés, aliadas à instabilidade climática que marca este inverno, transformaram a costa no concelho de Caminha, de forma expressiva em Vila Praia de Âncora, onde o próprio curso do rio foi alterado, a Duna dos Caldeirões derrubada e a foz deslocada para sul, transformando radicalmente a imagem da praia. Sabemos que o confronto entre a intervenção humana e a força da natureza dará sempre razão à última, que a tudo sobreviverá. Igualmente, julgamos que as condições adversas deste inverno foram excepcionais, mas não é menos verdade que os avisos alertam para a repetição ou até intensificação destas condições. São hoje, também, uma realidade os constrangimentos de segurança e de salubridade que a situação atual comporta. Assim, face à emergência com que a situação deve ser tratada, independentemente dos esforços já realizados pela Câmara Municipal de Caminha, Juntas de Freguesia de Vila Praia de Âncora e Âncora, associações ambientais e pescadores, junto da Agência Portuguesa do Ambiente e à RH, os eleitos da Assembleia Municipal de Caminha apelam ao envolvimento de todas as entidades oficiais competentes e dos decisórios políticos no sentido de, ouvidas as populações em geral e os pescadores em particular, ser realizado um estudo aprofundado sobre todas as possíveis causas e consequências, alicerçando uma decisão validada cientificamente e que garanta a segurança e a coesão territorial. Esta moção será enviada para o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Ministério da Agricultura e do Mar, Assembleia da República, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e Câmara Municipal de Caminha.”

Em seguida leu a **segunda moção, Gestão dos Serviços de Resíduos Urbanos**, apresentada pela CDU:



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

“Considerando que os serviços de gestão de resíduos urbanos foram, desde 1976 a 1993, uma responsabilidade exclusiva da administração local do Estado, sendo a sua gestão controlada e assegurada pelas autarquias locais e pelos seus órgãos democraticamente eleitos, estes serviços inserem-se e devem continuar a inserir-se no movimento geral da democratização da sociedade portuguesa e no reconhecimento de que o envolvimento dos cidadãos nas questões que lhe dizem respeito contribui para o enriquecimento da democracia. A adesão dos municípios ao sistema multimunicipal tinha como pressuposto a manutenção da natureza pública dos bens. A alienação das participações públicas do Estado na sociedade, com a venda da EGF a privados abre a concessão multimunicipal à participação maioritária de entidades privadas, subvertendo as condições que levaram os municípios a aceitar integrarem o sistema multimunicipal. A Assembleia Municipal de Caminha, reunida em 28 de fevereiro de 2014, delibera: rejeitar o processo de privatização da EGF; exortar o município e adotar todas as medidas para preservar, no domínio público, a competência do tratamento de resíduos sólidos e urbanos.”

Ambas as moções foram aprovadas por unanimidade.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu uma recomendação relativa às comemorações dos 40 anos do 25 de abril de 1974, que aqui se transcreve:

“Ainda que breve, quero falar-vos das comemorações dos 40 anos do 25 de abril de 1974. Esta data vai permitir lembrar a recuperação da nossa dignidade, enquanto pessoas e cidadãos, de que estávamos privados há muito tempo. Dignidade como pessoas, como povo e como nação. Em 25 de abril de 1974 acabou o humilhante estatuto de menoridade intelectual e cívica que nos era imposto a todos. Era igualmente sinistro para os que faziam parte do poder e para os que não gostavam ou não queriam pensar preferindo calar e obedecer.



Assembleia Municipal de Caminha

Como deputado mais idoso desta Assembleia Municipal e se Presidente, cumpre-me chamar a atenção para as comemorações do próximo 25 de abril, passados 40 anos em que, logo de manhã, assisti, no Largo do Carmo, às operações mais decisivas. Assim, passo a ler a recomendação seguinte à Assembleia Municipal: que se constitua uma comissão recomendada pela Assembleia, composta por representantes dos partidos políticos com sede no Concelho, que, juntamente com a Câmara Municipal, promovesse e organizasse as comemorações dos 40 anos do 25 de abril, de modo a dignificar o nosso município e prestar a justa homenagem aos militares de abril. Essa comissão deveria convidar também representantes da Sociedade Civil, bem como outras personalidades, de modo a tornar mais abrangentes e consensuais estas comemorações. Assim, e caso os responsáveis pelos grupos de deputados o entendam, gostaria que se pronunciassem sobre este tema.”

O **Senhor Deputado Manuel Falcão** disse que considerava que a recomendação do Presidente da Mesa era transversal às forças políticas, sendo que tinha deduzido que a comissão para as comemorações dos 40 anos seria constituída por membros ou por um representante de cada força política com representação na Assembleia Municipal.

O **Senhor Deputado Jorge Alves** afirmou que a proposta apresentada contava com o apoio da CDU.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** declarou que concordava com as palavras dos deputados Manuel Falcão e Jorge Alves.

O **Senhor Presidente da Mesa** lembrou que, conforme combinado, o Período Antes da Ordem do Dia tinha uma duração total de 60 minutos, divididos em dois períodos de 26 minutos para o PS e para o PSD,



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

respetivamente, e um período de 8 minutos para a CDU. Enfatizou a necessidade de respeitar os períodos de tempo oferecidos a cada grupo e abriu as inscrições para as intervenções.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros da Assembleia

O **Senhor Deputado Rui Taxa** saudou os presentes e leu:

“Sr. Presidente da Câmara,

O Sr. já publicamente noticiou que desistiu e retirou a ação judicial interposta pelo anterior executivo contra o concelho de A Guarda para reaver a dívida de dois milhões e meio do dossiê Ferry, ato que V. Ex.^a praticou por iniciativa própria, sem antes a discutir com os restantes parceiros políticos do concelho de Caminha. Tememos que V. Ex.^a tenha perdoado a dívida do Ferry ao município de A Guarda, ao mesmo tempo que o município galego joga o jogo das prescrições, para nada pagar referente aos anos anteriores. Uma vez que tal ato pode configurar gestão danosa e gravosa para os interesses de Caminha, solicito a V. Ex.^a que, e por escrito, nos responda às seguintes questões:

1. Confirma que retirou a ação interposta pelo anterior executivo? Em caso afirmativo, em que data?
2. Foi celebrado algum novo acordo? Em que data? Foi verbal? Foi escrito? Qual o seu conteúdo? Solicitamos já cópia escrita do mesmo.
3. Quais são os anos do acordo “programa de pagamento a Caminha” (2006 e 2010) e da gestão do atual executivo de A Guarda que já estão pagos, bem como quais os que faltam pagar?
4. O ano de 2011 foi pago? E em que data? Qual o seu montante e valor em dívida?
5. O ano de 2012 foi pago? E em que data? Qual o seu montante e valor em dívida?



Assembleia Municipal de Caminha

6. O ano 2013 foi pago? E em que data? Qual o seu montante e valor em dívida?

Sr. Presidente, ficamos a aguardar as suas explicações escritas.

Sr. Presidente da Câmara:

A manhã do dia 20 de fevereiro de 2014 ficará gravada na história do concelho de Caminha como sendo a quinta-feira em que V. Ex.^a enterrou o comércio de Vila Praia de Âncora em particular e do concelho de Caminha em geral. Ao anunciar a construção do Continente para Vila Praia de Âncora, com inauguração para julho deste ano, V. Ex.^a acaba definitivamente com todo e qualquer comércio local. Os cerca de 85 novos postos de trabalho que V. Ex.^a se regozija de criar, passados a euforia da inauguração e do verão, ficarão, depois de setembro, reduzidos a 50. Tudo feito por iniciativa de V. Ex.^a, no segredo dos deuses, sem ouvir os presidentes da Junta, sem ouvir as Assembleias de Freguesia, sem ouvir a Assembleia Municipal, sem ouvir a Associação Comercial concelhia, sem ouvir a população. V. Ex.^a, que se advoga um democrata e um atento ouvinte das estruturas democráticas concelhias, acabou por executar o ato mais antidemocrático e prepotente da história democrática do nosso concelho. Se estivéssemos na época do PREC, diria que o seu ato seria qualificado como um ato reacionário e fascista. V. Ex.^a vai acabar com a Lota de Vila Praia de Âncora; vai acabar com a venda de peixe no portinho; V. Ex.^a vai acabar com o pouco que resta da pesca artesanal no nosso concelho; vai acabar com as padarias e as pastelarias; vai acabar com os talhos, as frutarias, com as perfumarias, com as farmácias. Da sua passagem só vai restar um deserto. V. Ex.^a está a ler a cartilha ao contrário. Em vez de apostar na indústria e no setor primário como fontes de desenvolvimento para alavancar a nossa economia concelhia, V. Ex.^a está a fazer tudo ao contrário. Sr. Presidente, já aqui o acusei de parar economicamente o concelho de Caminha. Hoje, e vendo o seu percurso nestes 133 dias de gestão autárquica, fico com a sensação de que V. Ex.^a é um



Assembleia Municipal de Caminha

político aventureiro, imaturo e sem uma visão de futuro para o nosso concelho. A continuar assim, V. Ex.^a arrisca-se a não acabar o mandato.

Sr. Presidente,

Na reunião camarária descentralizada ocorrida na quarta-feira em Vila Praia de Âncora, V. Ex.^a protagonizou um ato de pura demagogia política. Aproveitando a forma e o conteúdo da intervenção do Sr. Vereador, V. Ex.^a deixou no ar, em suspenso, a suspeição que esse mesmo Vereador, ou a oposição, na qual se encontra o PSD, seriam os autores do difamatório comunicado distribuído na véspera. Com esta atitude, V. Ex.^a é equiparado em qualidade aos autores do comunicado. Com esta atitude, V. Ex.^a ofendeu, num reunião pública, o Sr. Vereador, o partido que represento e a minha pessoa. Por esse motivo exijo-lhe que aproveite esta reunião pública em que nos encontramos para nos apresentar o respetivo pedido de desculpas. Ficamos à espera.”

O Senhor Deputado Jorge Alves saudou os presentes e leu:

“Como foi referido, desde o dia 20 tem-se ouvido falar da instalação de uma unidade comercial de média a grande dimensão em Vila Praia de Âncora. Não obstante de outras considerações, cuja desconfiança é legítima, importa sobretudo perceber a forma como este anúncio se faz, que, medido pelos avisos prévios, revela que esta é, na verdade, uma decisão que se inscreve no projeto político que este executivo desenhou para o concelho e para isto dá-nos o benefício da dúvida de que tal foi programado, embora claramente não articulado e integrado numa estratégia clara para o futuro e para a identidade do concelho. Se assim fosse seria previamente a este anúncio estabelecido com o tecido comercial instalado a adaptação a uma nova realidade de que conjuga as necessidades do mercado, a fixação de emprego, a dinamização das atividades comerciais cuja diversidade e alvos quer em tempo quer em massas de população podem ser uma realidade distinta. Mas o executivo camarário, fechado em si mesmo, e convencido de que as populações são



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

sensíveis a surpresas, preferiu criar instabilidade social, fazendo do diálogo prévio uma bandeira rasgada e preferindo fazer das decisões avulsas a tônica governativa do concelho. Desta forma se nega a vontade de quem acreditou que este executivo traria um projeto de desenvolvimento de raiz que olhasse as potencialidades do município, que favorecessem a indústria, as atividades comerciais e o turismo, não esquecendo a agricultura e pesca, que poderiam até usufruir de novas possibilidades criadas pelas realidades comerciais e industriais trazidas a reboque do plano estratégico. Mas para isso teria que o executivo socialista cumprir o que o atual Presidente da Câmara prometeu e estabelecer, pelo diálogo, os compromissos essenciais que garantam aos munícipes do concelho criarem projetos de vida na certeza de ver na dignidade de trabalho, na sua justa remuneração e na identidade local a opção certa para residir. Quer um conselho? Deixe de falar ao espelho, poupe nas palavras que diz e invista em ouvir e aí contará com o contributo da CDU, como certamente contará com os munícipes caminhenses. Tudo mais será dobrar um fio interminável de ladainha política.”

O Senhor Deputado Rui Lages saudou os presentes e leu:

“O concelho de Caminha sempre foi conhecido e reconhecido pela excelência dos seus atletas. Muitas vezes esquecidos e não acarinhados, nem por isso deixam de elevar o nome do nosso concelho e das nossas gentes. Na verdade, bem recentemente dois atletas de clubes locais foram premiados na XVII Edição dos Troféus Desportivos “O Minhoto”. Os Troféus “O Minhoto” prestam homenagem, todos os anos, àqueles que, nos distritos de Braga e Viana do Castelo, serviram o desporto regional. Carlos Sá, na modalidade de atletismo, do Desnível Positivo, foi um dos agraciados. Mas também um jovem caminhense, filho desta terra, que envergou as cores verde e branco do Sporting Clube Caminhense, foi galardoado na categoria de remo. Falo-vos do remador João Miguel Pinto. Um jovem do concelho, dinâmico, lutador e de espírito competitivo. A bancada do Partido Socialista não poderia ficar



Assembleia Municipal de Caminha

indiferente à atribuição destes prémios. Estes atletas são um exemplo de coragem, força, luta e conquista. A aposta no desporto e o apoio aos clubes locais deve ser uma realidade vincada no nosso concelho, deve ser uma prioridade para o executivo. Não nos esqueçamos de que o desporto é uma parte da sociedade, por isso a política deve ser uma parte do desporto. Deste modo, congratulamo-nos e felicitamos todos os atletas do concelho, pelo seu exemplo de resiliência e ânimo. Não há conquista de objetivos sem esforço e empenho. Não há resultados sem luta e perseverança.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, António Brás, saudou os presentes e leu:

“Porque, pela primeira vez neste mandato, uso da palavra nesta Assembleia, cumprimento e felicito o Sr. Presidente e a restante mesa pela sua eleição para este importante órgão. Cumprimento e felicito ainda a nova Câmara, na pessoa do seu Presidente, e restante vereação e aproveito para endereçar votos de que esse mandato, embora condicionado pela conjuntura nacional, seja de grandes sucessos para o concelho de Caminha e em particular para a freguesia de Âncora. Gostaria também de, humildemente, deixar uma palavra de apreço e respeito para os restantes agentes intervenientes nas eleições autárquicas de 29 de setembro passado. Centrando-me agora naquilo que é a minha pequena intervenção, diria que, sem pretender entrar ou alimentar qualquer tipo de debate político, mas apenas para repor a verdade dos factos, queria deixar uma nota meramente informativa relativamente à intervenção do Sr. Deputado José Luís Lima na anterior Assembleia Municipal, quando se referiu à Junta de Freguesia de Âncora, dizendo basicamente o seguinte: «A Câmara de Caminha negociou a cedência do Forte do Cão para entregar à Junta de Âncora.» Dizer-lhe, Sr. Deputado, que a única diligência efetuada pela anterior Câmara neste domínio (que eu tenha conhecimento e esta pela negativa) foi apresentar uma reclamação junto da entidade de tutela, por esta ter negociado diretamente com a Junta de Freguesia o imóvel em questão.



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Imóvel com o qual nunca nenhum executivo se havia preocupado e que se encontrava ao abandono total. Pela positiva, a pedido da Junta, a anterior Câmara viria mais tarde a disponibilizar apoio técnico arqueológico, tão só e somente, Sr. Deputado. Neste contexto, convido o Sr. José Luís Lima a visitar a Junta de Âncora quando por bem entender e terei o maior prazer em lhe facultar todo o processo que, para seu conhecimento e de demais interessados, se desenvolveu unicamente com a intervenção da Junta de Freguesia, a partir das diligências iniciadas com a entidade da tutela pelo nosso deputado na Assembleia da República, Jorge Fão.”

A Senhora Deputada Paula Aldeia saudou os presentes e leu:

“A minha intervenção desta noite surge no seguimento dos pouco mais de 130 dias decorridos desde a tomada de posse daqueles que estão agora à frente dos destinos do nosso concelho. Não se assustem... não vou passar aqui o tempo a maçar-vos com aquilo que poderia parecer uma apologia ao trabalho realizado. Sim, porque apesar daquilo que se diz, e que a muitos não agrada, apesar da caótica situação financeira e administrativa que foi encontrada, houve e há trabalho realizado. Um mais visível que outro, mas existe. Mas, antes de passar à minha intervenção, quero, como munícipe que sou, desprendendo-me da cor partidária que represento, agradecer a quem tem direito, pelo facto de agora saber qual a real situação financeira do concelho onde vivo. Agora entendo a famosa frase que tanta confusão faz e que até foi adotada como lema pela oposição para os seus ataques, quanto a mim despropositados, e passo a citar: “não tenho dinheiro para comprar um prego.” Mas, voltando ao que aqui me traz, apenas gostaria de relembrar aos mais esquecidos e também aos cétricos algumas das coisas que neste parco espaço de tempo foram realizadas: desde a articulação e preparação das atividades extracurriculares, cuja inexistência iria vedar o seu acesso a centenas de alunos, à parceria com o Sporting Club Caminhense, passando assim a incluir-se o remo no currículo secundário; a qualificação da zona adjacente aos



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'SC' followed by a flourish.

Assembleia Municipal de Caminha

campos de futebol do Âncora Praia e do Morber, cujo projeto está já em fase de execução; as iniciativas de Natal e passagem de Ano, e agora Caminha Doce e o Carnaval; a recuperação da marca Festival de Vilar de Mouros; as obras iniciadas em algumas freguesias do nosso concelho, nomeadamente Dem, Vilarelho, Cristelo, Moledo, Vila Praia de Âncora, até chegarmos às obras no Cais de Atracção da Foz do Minho. Em termos de reflexão, recordemos uma das obras, diga-se parada, que amavelmente o executivo PSD deixou a todos os caminhenses. Como certamente já adivinharam, refiro-me à obra da Rua Saraiva de Carvalho, com parte da Avenida Manuel Xavier, obra esta que, apesar dos erros de projeto, que no meu humilde ponto de vista contém, teve de ser forçosamente acarinhada pelo atual executivo, sem qualquer possibilidade de a corrigir, para não atrasar mais, sob pena de perder o financiamento que lhe estava destinado. Mas também o Vale do Âncora teve obra inacabada do anterior executivo. Falo-vos da EN 305 que, a pretexto do saneamento, que efetivamente foi feito, ficou em estado deplorável durante mais de um ano, massacrando diariamente a população. Pois bem, coube a este executivo iniciar os trabalhos de pavimentação, que só por infortúnio do estado de tempo, não se encontram concluídos. Fico contente por não serem necessários mais 365 dias para resolver esta situação.

Mas não ficámos por aqui. Também em tempo record e para mais uma vez não perder financiamento tiveram de ser preparadas as candidaturas para as empreitadas da nova biblioteca e Caminha, da ecovia Seixas-Lanhelas e ainda a requalificação do Mosteiro de São João de Arga, sendo que esta já se encontra com o financiamento totalmente aprovado. A marginal de Caminha, que também tinha fundos comunitários para ser reabilitada, foi deixada ao abandono, perdendo-se grande parte do financiamento com o qual seria requalificada toda a parte ribeirinha, onde se incluía a marginal, o mercado, os equipamentos de apoio aos pescadores e o próprio largo da feira, cabendo a este executivo tentar resgatar ainda algum desse dinheiro. Se isto não é trabalho...



Assembleia Municipal de Caminha

Passemos do plano urbanístico para as relações interpessoais. As relações transfronteiriças foram reatadas com diálogo e cooperação, ao invés do que vinha sucedendo, num clima judicial e hostil para com os nossos vizinhos. Com esta abertura, os cofres do município já recebem verbas que, de outra forma, estariam retidas à espera da decisão dos tribunais. Mas a pacificação não foi só com o município galego. Sem medo, com coesão, mobilizados, convergentes, assim se encontram, após longos anos, os funcionários da autarquia. A dedução dos impostos municipais, IRS e IMI, este último com os votos contra do PSD, veio demonstrar a preocupação do atual executivo para com as dificuldades por que passam as nossas famílias.

Na verdade, por grandes dificuldades passou o nosso concelho. Refiro-me ao mau tempo que se fez sentir e aos estragos por ele provocados. Graças ao forte empenho do executivo, já se encontraram soluções viáveis para o restabelecimento do caudal do rio Âncora, bem como da reposição da Duna dos Caldeirões e ainda a reconstrução do paredão de Moledo, que foi fustigado pelas ondas do mar. Em escassos dias, o Presidente da Câmara fez deslocar a estes locais a comunicação social e diversas autoridades locais e nacionais. Ainda esta semana, podemos contar com a presença do Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Muito mais poderia dizer, mas a informação que a todos foi disponibilizada, e estou certa de que todos leram atentamente, retrata mais detalhadamente a atividade do executivo. Caras e caros deputados, senhores presidentes de junta, munícipes do concelho: contra ventos e marés, intempéries, maledicência e até atos repudiáveis de mentira e calúnia, são 130 dias de trabalho, esforço e dedicação. São 130 dias de mais e melhor no nosso concelho.”

O Senhor Deputado Hugo Martins saudou os presentes e leu:

“Venho falar de um dos temas mais quentes do momento, que é exatamente o investimento da Sonae. Estamos a falar de um investimento de 6,5 milhões de euros no concelho de Caminha. Para falar deste investimento, primeiro gostava



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

que fizessem uma reflexão sobre a situação económica e social do nosso concelho. Temos um concelho com desemprego, com situações económicas gravosas; temos um concelho que precisa urgentemente de uma atitude, de uma energia. Estamos aqui eleitos para defender os interesses de todos, não estamos aqui eleitos para defender os interesses só de alguns. Este executivo assumiu um compromisso muito sério com todos os munícipes, um compromisso de futuro, um compromisso de emprego para a população do concelho de Caminha. Nos últimos anos, o que temos visto é empresas a fechar, são os nossos jovens a emigrar, pagos por todos nós, uma qualificação paga por todos nós que sai do nosso concelho. É óbvio que entendo, e entendo muito bem, até porque conheço muitos deles, os pequenos comerciantes do concelho de Caminha. E compreendo a preocupação destes comerciantes quando entra uma superfície com a dimensão de um «Continente Bom Dia», embora seja uma dimensão mais pequena, que causa obviamente alguns impactos. Não podemos cair na hipocrisia de interesses de pessoas que criam uma campanha de invenções, de desinformação, olhando para o seu próprio umbigo e que tentam tirar dividendos políticos e vantagens de monopólio de mercado. É bom que se diga isto, porque existe um monopólio de mercado dentro do concelho de Caminha e qualquer gestor consegue ver isto muito facilmente. Estas superfícies, segmento «Bom Dia», de que tanto se fala e que tanto especularam, têm apenas duas lojas anexas. Foi muito publicitado, até uma SportZone, uma Modalfa, uma Worten, um conjunto de lojas com o objetivo único de iludir a opinião pública e criar um cenário de calamidade total para o comércio do concelho de Caminha. Chegamos a um ponto que praticamente só teríamos o «Bom Dia» e Caminha desaparecia. Aqui temos outro ponto muito interessante que é: este investimento do Grupo Sonae vai trazer de imediato 85 postos de trabalho. Temos a garantia que o recrutamento será feito através da bolsa de emprego do município, garantindo empregabilidade às pessoas do nosso município e também a existência de parcerias com empresas locais. É sabido, também, que pode resolver alguns



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'SC'.

Assembleia Municipal de Caminha

problemas urbanísticos, nomeadamente o problemas das águas pluviais da A28 e da EN13. Esta Câmara e este executivo tudo têm feito para retomar a confiança das famílias do concelho e exemplo disso são a descida dos impostos, como o IMI e o IRS, aumentando o poder de compra das nossas famílias. Não tenho dúvidas que esta Câmara tudo fará para criar mais dinâmica no nosso concelho. Já foi dito pelo nosso Presidente, através da qualificação de eventos, que é uma área muito importante, porque não adianta só fazer eventos, é preciso qualifica-los e esta Câmara tudo tem feito para que assim seja. Queremos mais pessoas no nosso concelho, mais gente a consumir; queremos uma economia sustentável. Não podemos, no momento em que estamos a viver a nível económico e social, rejeitar qualquer tipo de investimento. É pura demagogia. Rejeitar um investimento como este que estamos a falar estamos a tirar aqui a atração de mais investidores com outras atividades económicas de forma a criar mais emprego e mais riqueza para o concelho. Sr. Presidente, obviamente estamos a entrar num novo ciclo e desejamos que este seja o primeiro de muitos investimentos empresariais no nosso concelho. Que haja uma atração de novas indústrias, para que os caminhenses não tenham que emigrar e tenham trabalho para garantir o sustento das suas famílias. Temos também uma preocupação muito grande com o comércio local e tudo se fará para que cause o mínimo impacto possível.”

A Senhora Deputada Sónia Lajoso saudou os presentes e leu:

“O assunto que venho explicar na minha intervenção é o mesmo da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 21 de abril de 2011, o problema da erosão costeira no nosso concelho. O nosso concelho tem um cartão-de-visita que é conhecido à escala mundial, as nossas maravilhosas praias. Todos nós que acompanhamos o desaparecimento da Duna dos Caldeirões estamos desolados com o acontecimento. Os nossos milhares de turistas têm acompanhado, através da comunicação social, a destruição do nosso cordão



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

dunar. Na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 21 de abril de 2011, como consta da ata n.º 10/09-13 (página 4) solicitei ao anterior executivo camarário para informar este órgão se foram feitas diligências pela Câmara junto do organismo competente, para, com a maior brevidade, serem feitas intervenções na faixa costeira, para reabilitar o cordão dunar. O anterior executivo respondeu e informou o Plenário nos seguintes moldes (conforme consta na ata n.º 10/09-13, páginas 10 e 11): «No que diz respeito à Erosão Costeira, disse que é um problema que está a acontecer por todo o país. Que compete ao Governo criar condições que as protejam dessa situação. Disse também que cada espaço territorial, neste caso o concelho de Caminha, perante a maior eficácia ou inércia de um Governo relativamente a estas matérias, procura criar mecanismos que minimizem esses impactos. Que foi por esse motivo que a Polis Litoral Norte, a Câmara Municipal de Caminha e o Conselho de Administração da Polis Litoral Norte defenderam que, dentro do financiamento da Polis, se canalizariam verbas para a realização de estudos (que estão a ser desenvolvidos pelo Professor Veloso Gomes) que permitam a criação de mecanismos para minimizar alguns impactos. Já no que se refere à Erosão Costeira no geral, como um problema na costa do concelho de Caminha, salientou que esse estudo está a ser coordenado pela Sociedade Polis Litoral Norte, que pretende avaliar e propor soluções. Apresentou as intervenções que estão preconizadas. E disse que o prazo apontado para a realização da obra será a partir de setembro.» Esta foi a resposta do anterior executivo m 21 de abril de 2011. Nos últimos anos, na Duna dos Caldeirões, houve uma invasão de acácias, que destruiu completamente a flora dunar. E nada se fez. Segundo um artigo publicado na revista *Ecological Letters*, no dia 14 de março de 2013, que passo a citar: «Não são precisas muitas acácias para alterar um ecossistema. Apenas uma pode alterar os solos, através de interações invisíveis e a uma distância muito maior do que pensado, segundo cientistas portugueses e alemães.» A investigadora Cristina Máguas, do Centro de Biologia Ambiental da Universidade de Lisboa, num estudo realizado, diz



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

que as acácias se multiplicam e cobrem o ecossistema, «vão abafando o espaço das outras plantas.» A forte agitação marítima e cheias que duram há mais de um mês destruíram por completo a Duna dos Caldeirões, causando vários problemas estruturantes. O executivo camarário tem acompanhado, desde o primeiro momento, a destruição da Duna dos Caldeirões. Todos nós acompanhámos os esforços do executivo camarário em encontrar, com a maior brevidade possível, uma solução, para que a destruição da Duna dos Caldeirões não prejudique a época balnear. Tivemos conhecimento de que nos próximos dias vão arrancar os trabalhos de reposição do curso natural do Rio Âncora na sua foz e de consolidação das margens do rio e que a intervenção no cordão dunar na praia de Moledo avança dentro de dias. Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva, esteve no nosso concelho esta semana, pelo que solicito a V. Ex.^a que informe este órgão das soluções encontradas para a intervenção da Duna dos Caldeirões. Obrigada.”

O **Senhor Deputado Manuel Falcão** disse que tinha ficado surpreendido com o investimento de 6.5 milhões de euros anunciado na semana anterior, questionando se alguma vez tinha havido um investimento do género no concelho; disse que, para além dos 85 postos de trabalho que seriam criados, este investimento poderia promover a criação de outros à volta desta superfície. Em relação ao Movimento de Empresários do Concelho de Caminha, referiu que era compreensível que houvesse alguma preocupação, embora considerasse que estes iriam continuar a resistir à evolução dos mercados e que o impacto que se previa negativo acabaria por ser positivo. Comentou que considerava as conclusões do Movimento de Empresários precipitadas, especialmente tendo em conta que a instalação de superfícies comerciais, apesar de ser um fenómeno relativamente recente em Portugal, já existia há bastante tempo nos restantes países europeus, e que, nestes locais, os empresários e comerciantes tinham conseguido encontrar formas de



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

ultrapassar eventuais impactos negativos. Declarou que, por outro lado, não compreendia a posição do PSD, considerando-a inconsistente, sendo que deu três exemplos disto: em primeiro lugar, durante a reunião promovida pelo Movimento de Empresários o Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD tinha intervindo ativamente nessa reunião e sugerido “formas de luta” aos empresários; em segundo lugar, na Reunião de Câmara em Vila Praia de Âncora a Vereadora do PSD, diretamente interpolada sobre a sua posição e a do PSD em relação ao investimento, tinha respondido que eram a favor da superfície, mas não naquele local; em terceiro lugar referiu a intervenção do Deputado Rui Taxa na sessão da Assembleia Municipal. Enfatizou que gostaria de saber a posição do PSD e concluiu reiterando a sua confiança nos empresários e comerciantes de Caminha e dizendo que gostaria de expressar a sua solidariedade ao Presidente da Câmara em relação ao comunicado, dizendo que considerava o mesmo “vil e inqualificável” e a sua distribuição durante a noite um ato de cobardia.

O Senhor Deputado Alberto Magalhães leu:

“No início do mês de janeiro do corrente ano fiquei satisfeito porque o aventureiro «Zorro» lá cumpriu a sua missão e ficámos com a passagem de nível da Travessa do Teatro aberta e logo houve afluência de pessoas a atravessar aquele troço da linha do caminho-de-ferro. Mas, para mim a surpresa, vi uma notícia no JN do dia 19 de janeiro e disse para comigo: mas para que é que os senhores jornalistas se põem a publicar isto? Pois melhor seria estarem calados. Tanto querem anunciar, ou denunciar, que algumas vezes não beneficiam Vila Praia de Âncora. E assim foi. A REFER alertada, lá mandou as suas equipas de betonagem sem passar qualquer importância à Câmara Municipal de Caminha, voltaram a fechar a passagem. Ainda pensei, e julgo que muitos pensaram o mesmo: bem, agora que a Câmara Municipal de Caminha está sobre o governo socialista, esta passagem de nível foi tema eleitoral, houve fotos interessantes alusivas ao esforço para a reabrir e os



Assembleia Municipal de Caminha

conhecimentos pareciam ser muitos, mas afinal enganei-me. Concluindo, a realidade não é o que parece. Sr. Presidente e senhores deputados, o que nós, ancorenses, estamos a ver é exatamente isso, estamos no mundo real, as promessas às populações, de coisas boas, novas, inovadoras já foi. Agora aguentemo-nos até que a REFER, cheia de penas dos ancorenses, não se esqueça de pedir aos senhores engenheiros a proposta de eletrificação que justifique a necessidade de se constar um viaduto. Para terminar lamento que V. Ex.^a, não tendo os tais 700 mil euros que custa uma passagem inferior, e os números são do executivo, não tenha pelo menos colocado um euro que fosse em plano de atividades e orçamento para 2014. Há com certeza engenheiros no município capazes de elaborar um projeto para este viaduto.”

O Senhor Deputado Luciano Santos leu:

“O que nos traz aqui hoje é a nossa indignação pelo estado vergonhoso em que se encontra a Estrada Nacional 305, nomeadamente no troço entre o Sítio do Barroso e o Sítio do Araújo, na freguesia de Riba de Âncora. Sr. Presidente da Câmara Municipal, fazer uma intervenção destas em plena época de inverno ou é brincar com as pessoas ou é mesmo de quem não sabe o que anda a fazer. Não nos admiramos, pois V. Ex.^a nunca foi autarca de freguesia, nunca soube o que é viver, o que é estar presente e o que é sentir os verdadeiros anseios das nossas populações. Permita que lhe diga, Sr. Presidente, V. Ex.^a, caiu aqui de paraquedas e ainda por cima não nos parece que esteja bem assessorado. Pode ser muito bom político, que o é, sem dúvida, pode ter tido a melhor escola política, que a teve com toda a certeza, pode ter muita «rodagem», mas falta-lhe o essencial; falta-lhe o saber ouvir; falta-lhe a humildade de saber dialogar, a vontade de perguntar como se faz, quando se faz; enfim, falta-lhe toda aquela sensibilidade que é necessária para ser autarca de proximidade; falta-lhe, também, a vontade de querer estar ao lado das populações. Os trabalhos iniciados há mais de um mês e publicitados no *site* da Câmara Municipal como, passo a citar: «é das primeiras obras



Assembleia Municipal de Caminha

levadas a cabo por este executivo. Trata-se de um trabalho prioritário.» É verdade, Sr. Presidente, a reparação do piso da Estrada Nacional 305 é urgente e é prioritária, mas há momentos e tempos certos para a fazer. V. Ex.^a, talvez com receio da inexistência de fundos disponíveis e, quem sabe, com a ânsia de querer «mostrar serviço» à nossa população, apressou a obra, ativando os fundos da caução prestada para garantia. Esses fundos não fugiam, Sr. Presidente, estavam seguros e, quiçá, reforçados com mais verba, de acordo com um criterioso e rigoroso levantamento das necessidades de intervenção necessárias à correção das anomalias resultantes da execução da obra, feita em parceria com os senhores presidentes de Junta. E o que aconteceu? O resultado está à vista: «foi pior a emenda do que o soneto»; a estrada está um nojo, um perigo para os utentes, um atentado à segurança das pessoas, dos veículos, do património e do ambiente. Em suma, a estrada nacional 305 está um caos, está uma vergonha. O Sr. Presidente não sabe, não sente e não vive o drama das pessoas que, diariamente e por várias vezes ao dia, circulam numa estrada que faz ponte entre a serra, o vale, o litoral e a vida do dia-a-dia das nossas gentes. Para terminar, Sr. Presidente, deixamos-lhe aqui um desafio: olhos nos olhos, com toda a humildade, com toda a sinceridade e dignidade, tenha a honra e coragem e peça, publicamente, desculpa à população, em especial às gentes do Vale do Âncora, pelo estado vergonhoso e perigoso em que se encontra a Estrada Nacional 305, nomeadamente no troço entre o Sítio do Barroso e o Sítio do Araújo, na freguesia de Riba de Âncora.”

A **Senhora Deputada Júlia Paula Costa** saudou os presentes e declarou que iria esclarecer o seu ponto de vista e o do PSD em relação ao investimento anunciado pelo executivo da Câmara Municipal. Afirmou que considerava que a discussão referida não fazia sentido, uma vez que não era possível discutir algo que já estava decidido e que esta discussão deveria ter sido feita antes de o executivo tomar uma decisão de forma unilateral. Declarou que o anterior



Assembleia Municipal de Caminha

executivo do PSD tinha optado por uma estratégia que permitisse que as marcas já existentes no concelho pudessem desenvolver-se, porque considerava importante defender os postos de trabalho e o tecido comercial e empresarial do município, particularmente em Caminha e Vila Praia de Âncora. Referiu que, caso se tivesse discutido o investimento mais cedo, poderiam ter sido debatidas as vantagens e desvantagens do mesmo, acrescentando que provavelmente teriam visto vantagens noutra localização, não tão próxima do centro da vila; que os comerciantes deveriam ter sido ouvidos; que não percebia por que razão o Movimento de Empresários, segundo o que o seu representante tinha referido publicamente, num primeiro momento, tinha sido afastado da discussão que tinha culminado numa decisão que influenciava e interferia com a vida dos empresários e comerciantes do concelho. Declarou que gostaria que ficasse claro na sessão da Assembleia Municipal que, para o bem ou para o mal, esta não tinha sido uma decisão ou responsabilidade do PSD. Disse que a estratégia do anterior executivo do PSD tinha criado quarenta e seis postos de trabalho com a abertura da unidade hospital do hospital da Gelfa e que, no entanto, estes não tinham interferido com o restante tecido empresarial.

Relativamente ao balanço que tinha sido feito durante as intervenções anteriores, comentou que percebia a “estratégia de comunicação” realizada, mas que considerava essencial esclarecer a questão. Comentou que compreendia a tentação de, quando se ganha as eleições e assume o exercício de um cargo, estabelecer uma dicotomia entre o que tinha sido realizado pelo executivo anterior e o atual e tentar capitalizar o que se considerava bom (por exemplo os projetos da biblioteca, do mosteiro de S. João D’Arga e da ecovia de Lanhelas) e apresentar o que se considerava mal como proveniente do executivo anterior. Disse que era esta a estratégia política e de comunicação que também tinha sido aplicada em relação à questão financeira. Afirmou que se tratava de uma tentativa de influenciar a opinião pública, fazendo com que as pessoas confundissem a existência ou não de fundos disponíveis com



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

disponibilidade financeira. Esclareceu que a inexistência de fundos disponíveis não tinha a ver com a falta de dinheiro ou disponibilidade financeira e que era importante clarificar este aspeto. Assim, referiu que, segundo um e-mail enviado no dia 18 de outubro pela chefe de secção a dar conta da informação financeira, nesse dia o Município de Caminha possuía os seguintes depósitos bancários: Caixa Geral de Depósitos: 2.172.214,02 euros; na conta à ordem: 53.897,44 euros; outras contas: 134.056,65 euros; BES Espírito Santo: 15.863,68 euros; Millenium BCP, distribuído por três contas: 103.715,87 euros; BPI, outras contas: 84.850,63 euros; BPN, contas gerais: 510.377,11 euros; BPN, outras contas: 1.418,85 euros; Banco Popular: 34.385,24 euros; Barclays: 8.866,81 euros; Finibanco 22.334,77 euros; BST: 49.634,30 euros; Crédito Agrícola: 78.535,66 euros. Declarou que isto à ordem perfazia 1.097.537.0,01 euros; a prazo 1.079.677,10 euros; BPN: 879.677 euros; Banco Popular 200.000 euros. Afirmou que tinham sido estas as disponibilidades financeiras que o Município de Caminha tinha herdado do anterior executivo e concluiu referindo que, apesar de perceber o discurso de capitalizar o que era favorável e desvalorizar o que não era favorável, não considerava que este beneficiasse os caminhenses, o Município de Caminha ou o atual executivo.

A Senhora Deputada Lilita Gonçalves prescindiu da sua intervenção.

A Senhora Deputada Júlia Paula Costa solicitou intervir novamente, uma vez que a bancada do PSD não tinha atingido o limite de tempo da sua intervenção. Assim, disse que, em relação à intervenção do Senhor Deputado Rui Lages, gostaria de acrescentar o nome do atleta Marcos, de Vila Praia de Âncora, que tinha sido campeão nacional em salto em altura há cerca de um mês.

O Senhor Presidente da Câmara Miguel Alves saudou os presentes e disse que iria tentar esclarecer algumas das matérias abordadas.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, disse que gostaria de testemunhar o esforço da junta e do seu presidente em tentar resolver as questões relativas à respetiva freguesia; disse que o considerava um dos presidentes “mais insistentes, persistentes e resistentes” no contacto consigo e com a Câmara, acrescentando que o compreendia, uma vez que o Presidente da Junta de Âncora tinha sido dos poucos que tinha exercido o seu mandato com o atual executivo e com o anterior e que, por ser do PS, tinha conhecido um trabalho de oposição e hostilidade da parte do anterior executivo, que pouco ou nada tinha ajudado a freguesia de Âncora e o respetivo presidente a cumprir o seu mandato.

Em segundo lugar, deu nota da intervenção que foi feita sobre desporto, referindo que o trabalho e as vitórias conquistadas por munícipes nem sempre tinham sido reconhecidos por associações e instituições. Referiu que era igualmente importante reconhecer o potencial de Caminha, não só em relação àqueles que praticam desporto para competir, mas também aos que praticam para estar em forma e exercer uma atividade saudável. Enfatizou a necessidade de acompanhar o esforço dos clubes e associações e testemunhar os resultados que se alcançam, quer a nível individual quer a nível coletivo, e disse que a Câmara Municipal acompanhava a vertente desportiva atentamente, uma vez que esta também estava relacionada com o desenvolvimento económico do concelho.

Quanto à questão da Duna dos Caldeirões, referiu que se tinha tentado mobilizar todos os envolvidos, desde a Junta de Freguesia de Âncora e Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora a associações ambientalistas e associação de pescadores, e que esta questão colocava três dificuldades principais naquela zona: em primeiro lugar atender aos receios da população e das autoridades em relação à segurança das habitações e dos habitantes; em segundo lugar as questões ambientais relacionadas com a preservação da biodiversidade da área, que poderia ser comprometida pela entrada do mar e consequente salinização de todo o sapal do Rio Âncora; em terceiro lugar a



Assembleia Municipal de Caminha

possibilidade de estagnação das águas causada por aquele modo novo de organização do leito e desaguamento da foz nos Caldeirões. Explicou que este último aspeto provocava uma situação de tampão relativamente ao escoamento de águas, o que colocava em risco as habitações mais baixas da vila, junto à marginal, e criava a possibilidade de putrefação da flora, sendo que esta poderia provocar uma situação insustentável naquela zona, comprometendo a época balnear, fundamental para o sustentáculo económico de Vila Praia de Âncora. Referiu que esta situação tinha chamado a atenção de responsáveis da Agência Portuguesa do Ambiente, da Polis Litoral Norte, assim como do Secretário de Estado do Ambiente e do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que tinha escolhido, de todo o país, quatro situações urgentes onde atuar, sendo que o Município de Caminha tinha conseguido um financiamento de 1.4 milhões de euros imediatos para poder avançar com obras que incluem: a estabilização e proteção pontual das margens; a recuperação dos passadiços em madeira a partir da ponte pedonal; a proteção da grande duna com paliçadas, elementos dissuasores de pisoteio para uma melhor fixação da flora autóctone; a mobilização de areias na praia e abertura de uma vala natural sob a ponte pedonal para escoamento das águas. Em relação à Travessa do Teatro, censurou o tom jocoso com que a questão tinha sido apresentada na intervenção e afirmou que se tratava de uma questão fundamental que deveria ser resolvida. Declarou que este problema se resolveria através do diálogo com a REFER e que o projeto da Câmara Municipal atendia a uma premissa essencial do Conselho de Administração da REFER, que era especialmente pertinente tendo em conta a eletrificação da linha e a passagem de um comboio com velocidade superior: não permitir uma passagem nivelada naquela zona. Declarou que, perante esta premissa, existiam duas possibilidades: construir a passagem pedonal por cima ou por baixo da linha. Explicou que a construção da passagem por cima da linha implicaria uma obra de alguma envergadura, especialmente tendo em conta que, com a eletrificação da linha, as catenárias atingiriam os sete metros de



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

altura; por este motivo a solução seria construir por baixo da linha, o que também pressuporia algumas dificuldades, não só pela localização da obra, mas também em relação ao custo da mesma, que seria sempre superior a 700 mil euros. Assim, afirmou que tinha sido necessário incluir a obra no contexto da eletrificação da linha de comboio, particularmente tendo em conta que assim seria possível aproveitar o facto de a REFER atuar no contexto da eletrificação e modernização da linha e da criação de novas estações na Linha do Minho. Enfatizou que só seria possível realizar esta obra se se mantivessem boas relações com a REFER. Acrescentou que o facto de existirem catenárias de 7 metros de altura iria obrigar a que fossem projetadas soluções alternativas para determinadas zonas, como a do viaduto em Vila Praia de Âncora e ao pé do externato em Caminha, e que estas seriam discutidas com a REFER, de forma a poder encontrar-se soluções financeiramente sustentáveis.

Relativamente à questão na Estrada Nacional 305 referida pelo Senhor Deputado Luciano Santos, afirmou que o “estado vergonhoso” em que esta se encontrava se tinha arrastado da altura em que o Senhor Deputado tinha sido presidente da Junta de Riba de Âncora e comentou que na altura este não tinha demonstrado o mesmo interesse pela mesma que demonstrara na sua intervenção. Acrescentou que, para além da EN15, também considerava vergonhoso o estado em que os arruamentos de Riba de Âncora tinham sido deixados e que, por este motivo, o Senhor Deputado não deveria criticar o trabalho do atual executivo, que se tinha comprometido a continuar e concluir a obra. Em relação aos comentários do Senhor Deputado, respondeu que não era “paraquedista”, que era natural do concelho e que se tinha ausentado para procurar sustento, como muitas outras pessoas o tinham feito; disse que, em matéria de trabalho, de esforço, de dedicação e de amor à sua terra, era um “ranger”, não um “paraquedista”.

Relativamente à questão do balanço e da estratégia de comunicação, declarou que o atual executivo tinha encontrado dificuldades financeiras tremendas na Câmara Municipal, em particular nos meses de outubro a dezembro, que



Assembleia Municipal de Caminha

tinham feito com que não tivesse sido possível assumir compromissos nem encomendar material que permitisse dar continuidade às obras; que não tinha sido possível “encomendar um prego”; para além disso, existiam dívidas a curto e médio prazo maiores do que as disponibilidades e possuíam um património que não era possível ser rentabilizado, assim como uma parceria público-privada ruínoza para o concelho, que consumia 40% do IMI. Para além destas, acrescentou os gastos produzidos no processo judicial do vereador Bento Chão, na condenação relativa à questão do Dr. Dionísio Marques, a decisão judicial que faz com que o Âncora-Praia tenha de pagar parte do seu relvado à Global Área. Comentou que no final do mês de janeiro tinha solicitado aos serviços um montante de cinquenta euros para um brinde para um convidado e tinha sido informado de que não existiam fundos. Referiu que tinha tido sempre cuidado ao mencionar a situação financeira da Câmara Municipal, uma vez que não queria provocar o receio junto da população ou dos credores.

Relativamente à questão de A Guarda, afirmou que a forma como a questão tinha sido colocada indicava ignorância sobre o assunto e desejo de “pegar” com o Presidente. Afirmou que a questão era simples: o atual executivo tinha entendido manter uma boa relação com A Guarda e tinha optado por suspender o processo judicial e dialogar diretamente com A Guarda; declarou que, uma vez que se tratava de uma matéria internacional de direito administrativo, demoraria muito tempo para que a Câmara Municipal recebesse algum montante, mas que com esta solução já entrava receita.

Em relação ao PIP do investimento da Sonae, declarou que tinha entrado um PIP na manhã da quinta-feira anterior e que às 18:00 do mesmo dia se tinha reunido com o Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora e às 18:30 com o Movimento de Empresários e que, por este motivo, não poderiam dizer que a questão não tinha sido discutida com os interessados. Disse que tinha deixado claro que o que estava em questão naquele PIP era a implantação de uma superfície comercial da Sonae, um Continente “Bom Dia”, com uma área de implantação de 2700 m², com uma área alimentar de loja de 1500 a 1600 m²,



Assembleia Municipal de Caminha

sem Worten ou Modalfa ou SportZone, como tinha sido referido pelos detratores desse projeto; que o que estava em questão era a criação de 85 postos de trabalho de forma imediata; que o recrutamento proveria da Bolsa de Emprego do Município de Caminha e que este seria realizado nas instalações da Câmara Municipal de Caminha; que existia a preocupação de desenvolver urbanisticamente uma zona degradada; que seriam resolvidas situações a montante, como a questão das águas pluviais da A28. Enfatizou que tinham esclarecido com a Sonae que seria muito importante que aquele investimento tivesse em conta os produtores locais, a capacidade de gerar parcerias com aqueles que produzem e prestam serviços no município; que isto seria fundamental não só para os empresários e comerciantes do concelho, mas também para a própria imagem da Sonae; que tinha sido discutida a possibilidade de a Sonae contribuir para o concelho através de, por exemplo, o seu programa Missão Sorriso e das suas dinâmicas diretas com as associações locais. Informou que o PIP não tinha sido deferido; que, no dia a seguir à entrada do mesmo, tinha sido enviado um despacho do chefe de divisão para que os técnicos, arquitetos e engenheiros pudessem analisar as especificidades da implantação da superfície naquele local. Após apresentar estes dados, ironizou com as afirmações feitas sobre o facto de este investimento não ter sido discutido: disse que, na discussão com o presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, este tinha enfatizado a necessidade da criação desses postos de trabalho terem em conta o comércio local, em particular o tradicional, e dito que não concordava com a localização do mesmo, mas que, face à conjuntura económica e social, não podia ser contra este investimento. Informou que tinha solicitado a um representante do Movimento de Empresários para organizar uma reunião e que nessa reunião os empresários e comerciantes tinham expressado as suas opiniões. Afirmou que a preocupação do executivo não era defender os interesses de grandes empresários, quer estes fossem do concelho ou não, mas os interesses dos munícipes, em particular na criação de emprego, apresentando as seguintes



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

razões: naquela semana trinta e duas pessoas tinham entrado em contacto com a Câmara Municipal para se inscreverem na Bolsa de Emprego a propósito das vagas para o Continente; que a Bolsa de Emprego de Caminha tinha 500 pessoas inscritas; que em janeiro de 2014 existiam 1036 desempregados no município, 485 homens e 551 mulheres; que, no entanto, tinham existido apenas duas ofertas de emprego no IFP em janeiro; que nesse mês se tinham inscrito 94 pessoas no fundo de desemprego do concelho; que, por estes motivos, considerava que o tinha o dever de tentar encontrar soluções para estas pessoas e para as respetivas famílias. Comentou que se tratava de uma estratégia diferente da do anterior executivo, que, em quatro anos, tinha criado 500 desempregados no concelho, tinha fechado fábricas importantes (como Lacticínios Âncora, Mourassos, a fábrica de sapatos, a Regency, a Aurélios); por outro lado, este executivo tinha optado por procurar investimentos, sendo que existiam várias possibilidades, como por exemplo um investimento imobiliário em Vilarelho, um em restauração e recuperação de edifícios em Caminha, na ocupação de espaços em zona rural, assim como investimentos ao nível de uma ou duas fabricas de confeção no concelho, em turismo de habitação em Orbacém ou em Âncora, em agricultura ou prestação de serviços em Lanhelas, entre outras possibilidades. Referiu que, em relação ao PIP em discussão, não negava a possibilidade de um investimento destes ter impacto na economia local, mas que considerava que os comerciantes tradicionais conseguiriam resistir ao mesmo graças às suas capacidades, pois tinham resistido a outras dificuldades, em vez de fazer como alguns comerciantes que, sentindo-se ameaçados por este investimento, previam despedimentos e procuravam responsabilizar a Câmara Municipal.

Por fim, afirmou que considerava necessário dizer que o PSD não tinha dito a verdade sobre as matérias apresentadas relativamente ao concelho. Afirmou que, em primeiro lugar, o PSD tinha posições dúbias em relação ao investimento da Sonae, no entanto, a posição deste tinha sido clara no passado relativamente ao processo 24/2009. Informou que tinha entrado um



Assembleia Municipal de Caminha

PIP na Câmara Municipal em 2009 pretendendo informações sobre a viabilidade de construção de um edifício destinado à atividade económica no ramo alimentar, podendo incluir outras atividades económicas acessórias e que o requerente pretendia que este edifício fosse construído num terreno em Vila Praia de Âncora junto à EN13, mostrando através do *datashow* exatamente onde se encontrava, esclarecendo que seria próximo do Intermarché. Disse que naquela área de 18 mil m² tinha-se pretendido instalar uma superfície de 5.000m², e não de 2700m² como a do PIP atual. Disse que os técnicos, no âmbito das competências da Câmara Municipal, não tinham visto inconvenientes na ocupação da atividade comercial em geral uma vez que era compatível com o estatuto de ocupação previsto no PDM, mas que, não obstante, dado o volume de construção, as alterações e conflitos potencialmente resultantes da instalação de uma grande superfície tinham alertado para a importância da definição de uma classificação da atividade económica. Enfatizou o facto de a área do terreno ter 18 mil m² e a área de implantação e construção ser 5000 m², com 350 lugares de estacionamento, o dobro da área em debate, e que o Senhor Vereador Mário Patrício, à data com competências nesta área, tinha entendido fazer despacho favorável; que na decisão não tinham sido fornecidas informações, mas que esta tinha várias condicionantes e tinha sido um processo que tinha obrigado a muitos pareceres condicionados, referindo também que não se lembrava de ter existido debate público sobre esta matéria. Concluiu enfatizando que o PSD, que, segundo intervenções na rádio, tinha afirmado que nunca tinha cedido “à tentação” de apoiar um hipermercado, tinha dado um PIP favorável a esta instalação.

A **Senhora Deputada Júlia Paula Costa** retomou a palavra em defesa da honra. Disse que, em primeiro lugar, gostaria de relembrar que a empresa Lacticínios Âncora tinha encerrado quando o executivo da Câmara Municipal era do PS e que as empresas Mourassos e Regency tinham sido encerradas na altura em que o governo era do PS. Em relação à apresentação feita,



Assembleia Municipal de Caminha

afirmou que não era possível comparar o que não era comparável, pois o PIP era de 2009 e desde então não tinha sido instalada qualquer superfície naquele espaço; voltou a referir que não valia a pena discutir o assunto, uma vez que a superfície estava autorizada e seria inaugurada em maio, sendo, por isso, da responsabilidade do atual executivo, quer as consequências fossem positivas ou negativas; referiu novamente o facto de não ter existido discussão em Assembleia, nem com os comerciantes ou com os munícipes.

Comentou, em relação à REFER, que o facto de a passagem nivelada só poder ser construída ou por cima ou por baixo e que a informação que seria aquando da eletrificação da linha do Minho não tinham sido novidades.

Relativamente à situação financeira, declarou que, até ao dia 18 de outubro, o Município de Caminha tinha honrado todos os seus compromissos: tinha efetuado o pagamento aos seus fornecedores a 90 dias, deixado em caixa o valor que tinha referido; declarou que a dívida a curto prazo que o Senhor Presidente tinha referido era uma dívida a 90 dias e que poderia verificar nos autos de medição que correspondia a obras que estavam a ser desenvolvidas nesse momento, como o saneamento, a Avenida Saraiva de Carvalho e que estas têm fundos comunitários; que parte dos 3 milhões de dívida a curto-prazo correspondia a receita que não tinha sido referida; que tinham desenvolvido a Feira Medieval e que não considerava que o facto de esta ter sido encurtada para cinco dias iria ajudar o comércio local. Disse que se herdava de executivos anteriores coisas boas e coisas más e que o PSD tinha herdado uma dívida do fundo social europeu de cerca de 400 mil euros e o negócio ruinoso da Águas do Minho e Lima. Concluiu a sua intervenção desejando felicidades para o mandato e dizendo que poderia contar com a bancada do PSD e com a Senhora Deputada para discutir os projetos que fossem importantes para o concelho e para expressar as suas opiniões em prol do esclarecimento público; afirmou que, quando o Senhor Presidente criticava o antigo executivo e punha em causa as suas opções estava a criticar e a pôr em



Assembleia Municipal de Caminha

causa as opções dos caminhenses, que tinham dado três vitórias consecutivas ao PSD.

O **Senhor Vereador Mário Patrício** saudou os presentes e explicou que, em 2009, um empresário industrial do concelho de Caminha que possuía um terreno naquele local com 18.000 m² tinha demonstrado interesse em construir um edifício comercial; esclareceu que uma vez que tinha sido necessário especificar qual seria a utilização do mesmo, este tinha definido três âmbitos: em primeiro lugar “comércio a retalho de supermercados e hipermercados”; em segundo lugar “comércio a retalho e outros estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco”, e referiu que neste âmbito o empresário pretendia construir um estabelecimento semelhante à Quinta do Cruzeiro, Quinta do Amorinho ou Quinta da Presa; em terceiro lugar, estabelecer uma superfície para a venda de mobiliário. Esclareceu que este PIP, conforme tinha sido deferido, teria de resolver os outros problemas que o PDM exigia; que não tinha sido especificada qualquer marca e que a discussão não se devia ao facto de existir um interesse em criar esse tipo de superfícies, mas ao facto de as marcas mais fortes irem destabilizar o equilíbrio comercial da zona, tendo referido que existiam processos de obras de outros interessados em potenciar aquele espaço.

O **Senhor Presidente** disse que a última intervenção tinha sido “absolutamente esclarecedora” e que colocava um ponto final naquela dialética; comentou o facto de, em primeiro lugar, o PIP que o atual executivo tinha recebido numa manhã e debatido na mesma tarde não ter sido considerado diálogo, mas o PIP que anterior executivo tinha recebido num dia e demorado meses a discutir, que era para um comerciante, sem oferecer dados específicos, feito “às escondidas” não tinha sido considerado problemático; em segundo lugar que a razão por que o PSD não era a favor era devido à marca, tendo o Senhor



Assembleia Municipal de Caminha

Presidente dito que não considerava plausível aprovarem umas em detrimento de outras. Mencionou que a razão por que não existia uma superfície comercial naquele local era porque o empresário referido tinha perdido o interesse no investimento; que a medição com o particular interessado tinha sido com a empresa Trade Area, que era a mesma empresa a mediar o processo da Sonae em discussão. Declarou que tinha sido obrigado a colocar esta questão porque existia uma falácia na matéria do possível investimento da Sonae. Informou que o PIP estava em análise, não existindo, por isso, notas sobre a questão. Comentou que a superfície do PIP de 2009 teria feito concorrência a várias empresas, mas que, no entanto, tinha sido deferido sem ser debatido; concluiu que havia uma diferença no modo de encarar estas questões, pois o atual executivo tinha discutido o investimento pouco depois da entrada do PIP. Comentou que concordava com a deputada quando esta disse que não era possível comparar o que não era comparável, mas que o tema que estavam a discutir era “absolutamente comparável” e que a única diferença era que, no PIP em discussão, a implementação da superfície comercial estava claramente definida, que teria uma área de implantação de 2700 m² enquanto a do PIP anterior teria tido uma área de implantação de 5000 m². Questionou se a opinião do PSD tinha mudado desde então, mas que este não poderia afirmar que o atual executivo tinha “cedido a uma tentação”. Disse que, quanto à REFER e à Travessa do Teatro, que existia uma diferença fundamental entre as estratégias dos executivos atual e anterior, uma vez que o executivo liderado pela Senhora Deputada tinha entendido, num determinado momento, cortar relações com a REFER, enquanto o executivo atual tinha entendido manter relações abertas e dialogar para encontrar soluções, pois considerava impossível negociar uma solução para o caminho-de-ferro sem dialogar com a REFER.

Finalmente, relativamente ao que tinha sido dito sobre o encerramento de fábricas ter ocorrido durante os executivos do PS, disse que tinham neste momento o governo mais reacionário, que mais atacava as famílias e



Assembleia Municipal de Caminha

empresas, que “ia aos bolsos dos mais velhos”, comprometia as áreas da educação e da saúde e projetos sociais e que, apesar de tudo, o PS estava a criar emprego em Caminha.

Face à reação dos presentes, o **Senhor Presidente da Mesa** suspendeu a sessão durante 10 minutos. Informou que o período para a defesa da honra já tinha ocorrido e que o **Senhor Presidente** tinha direito, por regimento, de responder às intervenções de defesa da honra.

O **Senhor Vereador Mário Patrício** disse que o Senhor Presidente tinha concluído dizendo que a empresa Trade Area tinha sido a mesma que estava a trabalhar no PIP atual e que afinal este ainda não estava decidido; enfatizou que isto tinha muita importância e questionou o facto de, se a empresa era a mesma que queria o Continente em Vila Praia de Âncora, por que razão não o tinha conseguido lá.

O **Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho**, Miguel Gonçalves, fez interpelação à mesa, afirmando que estavam a violar o Regimento, uma vez que a última intervenção não constituía uma defesa da honra, especialmente tendo em conta o seu caráter argumentativo.

O **Senhor Presidente da Mesa** anunciou que a resposta do Presidente da Câmara encerraria o Período Antes da Ordem do Dia.

O **Senhor Presidente** esclareceu que tinha apenas registado a coincidência de a empresa que tinha o contrato de mediação imobiliária com a Sonae para o investimento em discussão era a mesma que tinha tido contrato de mediação imobiliária a 31 de dezembro de 2009 com o promotor do PIP referido.



Assembleia Municipal de Caminha

3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

Não há mais questões acerca deste ponto.

b) Aprovação da ata da sessão de 03 de janeiro 2014

O **Senhor Deputado Rui Taxa** declarou que apenas gostaria de chamar a atenção para o facto de a Feira Medieval ter sido introduzida pela executivo do PSD e não pelo do PS, como era referido na página 36 da ata, na intervenção do Senhor Presidente.

O **Senhor Deputado Carlos Mouteira** declarou que se iria abster, uma vez que não tinha recebido a ata (provavelmente porque os serviços não possuíam o seu e-mail); declarou que, desde que era deputado da Assembleia Municipal, ainda não tinha recebido documentação nenhuma e que no *website* da Câmara Municipal ainda não constava o seu nome, mas sim o da Senhora Deputada Irene Pacheco.

O **Senhor Presidente da Mesa** concordou que se tratava de um erro dos serviços, mas que se o Senhor Deputado tivesse informado antes, esta já poderia estar retificada; solicitou que, se houvesse mais e-mails errados, retificassem com os serviços.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 31 votos a favor, 0 votos contra e 4 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

c) Contrato de Subconcessão de Uso Privativo de Terreno de Domínio Público Ferroviário Junto à Estação de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de oito de janeiro de dois mil e catorze, relativa à “**Contrato de Subconcessão de Uso Privativo de Terreno de Domínio Público Ferroviário Junto à Estação de Caminha**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º1 do art.º6 da lei 8/2012 de 21 de fevereiro, compete à Assembleia Municipal autorizar a assunção de compromissos plurianuais, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda a autorização para a celebração do Contrato de Subconcessão de Uso Privativo de Terreno de Domínio Público Ferroviário Junto à Estação de Caminha.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 2 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta



Assembleia Municipal de Caminha

na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

d) Atualização Anual das Taxas no Âmbito do Regulamento Municipal de Feiras do Município de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e dois de janeiro de dois mil e catorze, relativa à **“Atualização Anual das Taxas no Âmbito do Regulamento Municipal de Feiras do Município de Caminha”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea b) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as taxas do Município e fixar o respetivo valor, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda a autorização para que no ano de 2014, não se proceda à atualização anual, de acordo com a taxa de inflação, das taxas referentes ao Regulamento Municipal das Feiras do Município de Caminha, e que a presente deliberação produza efeitos desde 01 de janeiro do corrente ano.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 voto contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

e) Isenção do Pagamento da Taxa Devida pela Ocupação de Espaços de Venda na Feira Anual do Dia de Todos os Santos, em Caminha, com a Respetiva Alteração ao Regulamento Municipal das Feiras do Município de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e dois de janeiro de dois mil e catorze, relativa à **“Isenção do Pagamento da Taxa Devida pela Ocupação de Espaços de Venda na Feira Anual do Dia de Todos os Santos, em Caminha, com a Respetiva Alteração ao Regulamento Municipal das Feiras do Município de Caminha”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar os Regulamentos com eficácia externa do Município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a isenção da taxa devida pela ocupação de espaços de venda na Feira Anual do dia de todos os Santos, em Caminha, com a alteração ao Regulamento Municipal das Feiras do Município de Caminha, nos seguintes termos:

“Art.º 35-A

Está isento de pagamento de taxas a ocupação de espaços de venda referentes à Feira Anual do Dia de Todos os Santos pelos feirantes titulares de espaços de venda na feira semanal de Caminha.”

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 voto contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) Protocolo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem - Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico- Delegação de Competências

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de setembro de dois mil e treze, relativa ao **“Protocolo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem - Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico- Delegação de Competências”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegações de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda a autorização para a celebração do Protocolo para Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem - Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Mais **se propõe** a ratificação de todos os atos já praticados no âmbito deste Protocolo, dada a urgência que houve na outorga do Protocolo.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

g) Protocolo de Colaboração com a Junta de Freguesia de Dem para o Fornecimento de Refeições às Crianças dos Jardim-de-Infância de Dem- Delegação de Competências

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de setembro de dois mil e treze, relativa ao “**Protocolo de Colaboração com a Junta de Freguesia de Dem para o Fornecimento de Refeições às Crianças dos Jardim-de-Infância de Dem- Delegação de Competências**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegações de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda a autorização para a celebração do Protocolo de Colaboração com a Junta de Freguesia de Dem para o Fornecimento de Refeições às Crianças dos Jardim-de-Infância de Dem.

Mais **se propõe** a ratificação de todos os atos já praticados no âmbito deste Protocolo, dada a urgência que houve na outorga do Protocolo.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 voto contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

h) Protocolo de Colaboração com a Junta de Freguesia de Moledo para a Prestação de Serviços na Componente de Apoio à Família no Jardim-de-Infância Público de Moledo- Delegação de Competências

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de setembro de dois mil e treze, relativa ao “**Protocolo de Colaboração com a Junta de Freguesia de Moledo para a Prestação de Serviços na Componente de Apoio à Família no Jardim-de-Infância Público de Moledo- Delegação de Competências**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegações de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda a autorização para a celebração do Protocolo para Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Moledo- Prestação de Serviços na Componente de Apoio à Família no Jardim-de-Infância Público de Moledo.

Mais **se propõe** a ratificação de todos os atos já praticados no âmbito deste Protocolo, dada a urgência que houve na outorga do Protocolo.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 voto contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

i) Nomeação do Conselho Municipal de Educação

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de cinco de fevereiro de dois mil e catorze, relativa à “**Nomeação do Conselho Municipal de Educação**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea s) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 setembro de fevereiro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a criação do conselho local de educação, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda a autorização para a Nomeação do Conselho Municipal de Educação.

Proposta retirada

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com votos a favor, voto contra e abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com votos a favor, votos contra e



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

abstenções.

j) Designação de seis cidadãos de reconhecida idoneidade entre os quais um representante de cada uma das forças políticas representadas na Assembleia Municipal para integrarem o Conselho Municipal de Segurança de Caminha, nos termos da alínea k), do n.º1, do artigo 4º, do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Caminha

Proposta retirada

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com votos a favor, voto contra e abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com votos a favor, votos contra e abstenções.

k) Designação de dois representantes das entidades educativas e formativas do concelho de Caminha, sendo uma do vale do Âncora e outra do Vale do Coura, para integrarem o Conselho Municipal de Segurança de Caminha, nos termos da alínea l), do n.º1, do artigo 4º, do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Caminha

Proposta retirada

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com votos a favor, voto contra e abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta



R. S. J.

Assembleia Municipal de Caminha

na presença simultânea de todos, com votos a favor, votos contra e abstenções.

I) Eleição de um membro da Assembleia Municipal, para integrar o grupo de trabalho eleito para elaborar o projeto do Regimento, nos termos do disposto no nº 1 do art.º 29º da Lei nº 75/2013, em substituição do membro anteriormente designado pela bancada do Partido Social Democrata e eleito na sessão de 22 de Novembro de 2013

O **Senhor Deputado Rui Taxa** declarou que a bancada tinha indicado o seu nome para substituir o deputado Narciso Correia.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 voto contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração, informou que encontrariam um local mais confortável para as futuras sessões e declarou encerrada a Sessão, quando eram 24H30M, do dia 29 de fevereiro de 2014, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

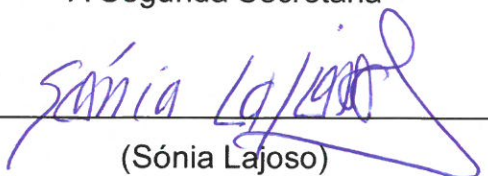
O Primeiro Secretário

(João Alberto Silva)

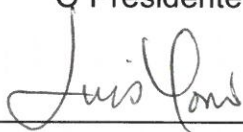


Assembleia Municipal de Caminha

A Segunda Secretária


(Sónia Lajoso)

O Presidente


(Luís Augusto Pestana Mourão)